



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

GABINETE VEREADORA SANDRA TADEU

RDP
20/2019

REQUERIMENTO

Requeiro a Douta Mesa, nos termos do art. 90 e seguintes do Regimento Interno, conjugado com o parágrafo 3º do artigo 58 da Constituição Federal e artigo 33 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 5 membros titulares e 2 suplentes, com o objetivo de apurar denúncia divulgada pela grande mídia (matéria de 27/08/2018 - Estadão), acerca da denuncia imputada ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo quanto à demora no julgamento de processos, quanto à não transparência de seus atos, ausência de prazos e acerca da violação dos princípio da celeridade, duração razoável do processo e eficiência previstos na Constituição Federal, com relação a TODOS os seus processos. O prazo da CPI para a conclusão dos trabalhos deverá ser de 120 dias, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período

Cláudio
Plenário
14

Sandra Tadeu
Sandra Tadeu
Democratas

17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100



Suspensão de licitações pelo TCM aumenta nas gestões Doria-Covas

Fiscal dos gastos públicos na capital, Tribunal de Contas do Município já paralisou 56 processos neste ano, como a concessão do Estádio do Pacaembu

Bruno Ribeiro, O Estado de S. Paulo

27 Agosto 2018 | 03h00

Atualizado 27 Agosto 2018 | 20h11

Correções: 27/08/2018 | 20h11

SÃO PAULO - O Tribunal de Contas do Município (TCM) de São Paulo está suspendendo a contratação de obras e serviços da Prefeitura em um ritmo maior do que no passado. Só neste ano, o órgão já paralisou temporariamente o andamento de 56 licitações lançadas pelo prefeito Bruno Covas e seu antecessor, João Doria, ambos do PSDB, travando contratos de pelo menos R\$ 1,2 bilhão. Segundo dados repassados pelo tribunal, o total de paralisações no primeiro semestre deste ano (30) é 50% maior do que o no mesmo período de 2017 (20).

A atuação do TCM voltou a ganhar destaque há uma semana, quando o órgão impediu a Prefeitura de concluir a licitação da concessão do Estádio do Pacaembu, na zona oeste da capital – promessa de campanha de Doria, que deixou o cargo em abril para concorrer ao governo do Estado. O órgão também paralisou outras contratações de peso, como a renovação da frota de 14 mil ônibus municipais que, em um prazo de 20 anos, iria substituir os coletivos por veículos não poluentes, estimada em R\$ 140 bilhões.



Sede do Tribunal de Contas do Município (TCM) de São Paulo Foto: DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO

No ano passado, Doria chegou a defender a extinção do TCM, posição não adotada por Covas. A gestão de seu antecessor, **Fernando Haddad (PT)**, também teve dificuldades em aprovar licitações-chave, como a **Parceria Público-Privada (PPP)** que trocava a iluminação pública por lâmpadas de LED. Dados oficiais da Corte de contas mostram que 64 processos foram paralisados em 2017, durante a gestão Doria, contra 58 em 2016 e 59 em 2015, últimos anos de gestão Haddad.

Entretanto, o levantamento do órgão revela que as suspensões não são apenas dos contratos relacionados a promessas de campanhas políticas ou de planos de governo. Em 2018, o órgão que mais teve processos contestados por auditores e conselheiros foi a **Companhia de Engenharia de Tráfego (CET)**, com 5 paralisações, como de compras de rádios operacionais e de serviços de sinalização. Em seguida, aparece a Secretaria de Cultura, com 3.

Atribuições. Tribunais de contas fiscalizam gastos públicos e podem suspender editais de licitação irregulares. Mas especialistas da área apontam falhas na atuação do órgão paulistano.

O professor de Direito Público Carlos Ari Sundfeld, da **Fundação Getúlio Vargas (FGV)**, cita como exemplo o caso da concessão do serviço funerário, outra promessa de campanha de Doria. O processo foi paralisado ainda na fase do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) – quando interessados apresentam projetos que vão embasar uma futura licitação. “Os tribunais de contas seguem a Lei de Licitações e podem suspender licitações. Mas uma PMI não é uma licitação, é um procedimento anterior, e foi suspenso”, afirma. “Para isso, o TCM não tem competência nenhuma. Isso não tem nada a ver com Direito. Não é possível falar em corrigir uma falha. Isso é o TCM querendo participar do jogo político”, afirma.

Sundfeld questiona ainda as suspensões de editais “em cima da hora” feitas pelo TCM – para ele, a atuação do órgão deveria ser no início do processo, assim que editais são publicados. “Há um grau de politização muito grande”, argumenta, ao lembrar a composição do TCM, ocupado por ex-vereadores que são indicados por prefeitos. “É algo perigoso, que não tem nada a ver com fiscalização.”

A presença de vereadores nas sessões do TCM são frequentes. No caso do Pacaembu, por exemplo, Celso Jatene (PR), que havia feito representação contra o prosseguimento do processo, esteve no dia da sessão que suspendeu o processo. Procurado pela reportagem, ele não quis dar entrevista.

O presidente da Comissão de Direito Administrativo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP), Adib Kassouf Sad, destaca que, neste ano, a Prefeitura enviou ao órgão uma série de licitações para tratar de assuntos novos, como as concessões, o que exigiu mais capacidade dos técnicos da casa. “Mesmo assim, no que é novo, o que vale é verificar o cumprimento da lei”, diz. Sad destaca, entretanto, que tribunais de conta têm papel fundamental para o controle das compras públicas.

O **Estado** questionou os conselheiros do órgão, por meio da assessoria de imprensa, para comentar os dados repassados pela próprio tribunal a pedido da reportagem. Mas os conselheiros não se manifestaram.

Já a Prefeitura, por nota, evitou comentar o aumento das paralisações. Disse que seus editais de licitação “são elaborados obedecendo às normas legais e técnicas vigentes” e que, quando o TCM faz questionamentos, “estes são respondidos prontamente”. A gestão Covas conclui dizendo que “não cabe ao Município avaliar ou opinar sobre a forma como o TCM cumpre suas obrigações legais”.

Correções

27/08/2018 | 20h11

Diferentemente do que foi informado, o total de processos suspensos pelo TCM em 2018 é de 56, não 164. O total suspenso só no primeiro semestre deste ano é de 30, não 104, e o total no primeiro semestre de 2017 é de 20, não 88. Portanto, o aumento no período é de 50%, não 20% como a reportagem informava anteriormente.

O total de processos suspensos em 2017 é de 64. A reportagem informava 244. No total de 2016, foram 58, não 216 processos paralisados. Já em 2015, o dado correto é 59, não 220. A CET, órgão que teve mais processos paralisados, teve 4 suspensões, não 20. E as suspensões atingiram 3 licitações da Secretaria Municipal de Cultura, não 12.

NOTÍCIAS RELACIONADAS

- Mesmo após decisão do TCM, Prefeitura recebe propostas para concessão do Pacaembu
- Prorrogação de contrato de ônibus é irregular, aponta TCM
- Câmara de SP aumenta benefícios para funcionários do Tribunal de Contas
- TCM cita artigos que não existem em lei ao barrar licitação dos ônibus de SP
- **Media Lab:** Confira alguns projetos. >> **Patrocinado:** Media Lab

Mais conteúdo sobre:

Prefeitura de São Paulo

TCM [Tribunal de Contas do Município]

São Paulo [cidade SP]

Encontrou algum erro? Entre em contato



Continue lendo nosso conteúdo com exclusividade

Assine um dos nossos planos

O Tribunal de Contas do Município (TCM) de São Paulo está suspendendo a contratação de obras e serviços da Prefeitura em um ritmo maior do que no passado. Só em 2018, o órgão já paralisou o andamento de 164 licitações lançadas pelo prefeito Bruno Covas e seu antecessor, João Doria, ambos do PSDB. Segundo dados repassados pelo TCM, o total de paralisações no primeiro semestre deste ano (104) é 20% maior do que o no mesmo período de 2017 (88).

Há uma semana, o órgão impediu a Prefeitura de concluir a licitação da concessão do Estádio do Pacaembu, na zona oeste da capital – promessa de campanha de Doria, que deixou o cargo em abril para concorrer ao governo do Estado. Outra licitação paralisada foi a renovação da frota de 14 mil ônibus municipais, estimada em R\$ 140 bilhões.

Em 2017, Doria defendeu a extinção do TCM, posição não adotada por Covas. Levantamento do órgão revela que as suspensões não são apenas dos contratos relacionados a promessas de campanhas políticas ou de planos de governo.

Já em 2018, o órgão que mais teve processos contestados por auditores e conselheiros foi a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), com 20 paralisações. Em segundo lugar, aparece a Secretaria de Cultura, com 12.

A presença de vereadores nas sessões do TCM são frequentes. No caso do Pacaembu, por exemplo, Celso Jatene (PR), que havia feito representação contra o prosseguimento do processo, esteve no dia da sessão que suspendeu o processo